

**Processo :** 222603-2/22  
**Origem :** INST PREV SERV PUB MESQUITA MESQUITAPREV  
**Setor :**  
**Natureza :** PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO  
**Interessado :** CÁTIA DA SILVA FERRAZ  
**Observação :** REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2021

**Senhora Coordenadora-Geral,**

Trata o presente da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO** do **Instituto de Previdenciados Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV**, relativa ao exercício de **2021**.

## 1- DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Considerando critérios consubstanciados na legislação que rege a matéria, a presente prestação de contas será analisada com base na verificação de questões normativas, conforme fontes abaixo demonstradas:

### FONTES DOS CRITÉRIOS

- Lei Complementar Estadual n.º 63/90;
- Regimento Interno do TCE-RJ, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 167, de 10 de dezembro de 1992;
- Deliberação TCE-RJ n.º 277, de 24 de agosto de 2017;
- Lei Complementar n.º 101, de 05 de maio de 2000 (LRF);
- Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP)
- 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado pela Portaria STN/SOF n.º 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV n.º 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN n.º 877, de 18 de dezembro de 2018;
- Plano de Contas Aplicada ao Setor Público – PCASP (IPC 00 anexo III);

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's) e Portarias STN;</li> <li>• Emendas Constitucionais nº 20/98, 41/03 e 103/2019;</li> <li>• Leis Federais nºs 9.717/98, 9.796/99, 10.887/04, 13.485/17 e 13.846/19;</li> <li>• Portarias MPS;</li> <li>• Resolução CMN;</li> </ul>
--	--

Dentre os elementos que devem integrar os processos de Prestação de Contas Anual de Gestão, conforme preceitua o artigo 5º da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, verifica-se que foram apresentados os seguintes:

#### Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17

Item	Documentos	Peça
1	Ofício de encaminhamento assinado pelo titular da unidade jurisdicionada ou responsável competente.	1
2	Cadastros dos responsáveis, conforme <b>Modelo 1</b> : - do responsável pelas contas; - do responsável pelo encaminhamento das contas; - do responsável pelo setor contábil; - do responsável pelo órgão de controle interno competente; - de outros responsáveis, conforme os casos previstos nos § 3º e § 4º, artigo 10 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17, se for o caso.	2
3	Balancete Analítico evidenciando o saldo inicial, os créditos e débitos e o saldo final em 31/12.	3
4	Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada, de acordo com o Anexo 10 da LF nº 4.320/64.	4
5	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, de acordo com o Anexo 11 da LF nº 4.320/64.	5
6	Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	6
7	Balanço Orçamentário, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhado dos quadros: - execução de Restos a Pagar Não Processados; - execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.	7
8	Balanço Financeiro, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	8
9	Balanço Patrimonial, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhado dos quadros: - dos ativos e passivos financeiros e permanentes; - das contas de compensação; - do superávit/déficit financeiro.	9
10	Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	10
11	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, na forma estabelecida pelo MCASP vigente no exercício em análise.	11
12	Demonstrativo da Dívida Fundada, de acordo com o Anexo 16 da LF nº 4.320/64.	12
13	Demonstrativo da Dívida Flutuante, de acordo com o Anexo 17 da LF nº 4.320/64.	13
14	Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros 1 e 2, conforme <b>Modelo 2</b> .	14

Item	Documentos	Peça
15	Relatório elaborado pelo órgão de controle interno competente, com conteúdo mínimo previsto no <b>Modelo 3B</b> , além de outros considerados na abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da natureza e extensão dos procedimentos aplicados, acompanhado de Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis.	15 e 16
16	Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno competente.	-
17	Declaração do Responsável pelo Setor Contábil, conforme <b>Modelo 4</b> .	17
18	Cópia da Lei de criação do órgão previdenciário atualizada.	18
19	Relação das Unidades Gestoras do ente que devem contribuir para com o RPPS, tendo por competência o exercício em análise, conforme <b>Modelo 8</b> .	19
20	Demonstrativo Consolidado evidenciando o montante das transferências recebidas pelo RPPS para cobertura de déficit atuarial no exercício ou declaração expressa de não ocorrência, conforme <b>Modelo 9</b> .	20
21	Demonstrativo Consolidado evidenciando o montante das transferências recebidas pelo RPPS para cobertura de déficit financeiro no exercício ou declaração expressa de não ocorrência, conforme <b>Modelo 10</b> .	21
22	Demonstrativo discriminando os investimentos mantidos pelo RPPS de acordo com as normas definidas pela Portaria CMN nº 3.922/2010 ou alterações posteriores, conforme <b>Modelo 11</b> .	22
23	Cópia do Relatório de Avaliação Atuarial realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas, observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.	23 (*)
24	Demonstrativo que evidencie a memória de cálculo do limite legal da taxa de administração no exercício, explicitando o percentual definido em lei, a ser utilizada na cobertura das despesas administrativas do regime próprio de previdência social, conforme <b>Modelo 12</b> .	24
25	Demonstrativo que evidencie as despesas administrativas da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS no exercício para fins de verificação quanto ao limite legal da taxa de administração, conforme <b>Modelo 13</b> .	25
26	Cópia do Relatório que definiu a política anual de investimentos e suas revisões, na forma do artigo 4º da Resolução CMN nº 3.922/2010 ou alterações posteriores, aprovado pelo órgão colegiado da unidade jurisdicionada.	26
27	Certificados dos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS no exercício, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores, conforme o caso.	27
28	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP emitido pelo Ministério da Previdência Social, conforme critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998 ou alterações posteriores, que atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados, com validade na data de encerramento do exercício financeiro em análise.	28
29	Extrato Previdenciário com as informações sobre a situação do ente em relação a cada um dos critérios previstos na Lei nº 9.717/98 ou alterações posteriores, cuja regularidade é exigida para fins de emissão do CRP, com referência à data de encerramento do exercício financeiro em análise.	29

Item	Documentos	Peça
30	Demonstrativo dos montantes recebidos e pagos a título de compensação financeira no exercício, conforme estabelecido na Lei Federal nº 9.796/1999, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.112/1999, ou alterações posteriores, conforme <b>Modelo 14</b> .	30
31	Demonstrativo Consolidado evidenciando o valor das contribuições regulares (servidor e patronal) devidas e arrecadadas pelo RPPS, conforme <b>Modelo 34</b> .	31
32	Demonstrativo Consolidado evidenciando o valor das contribuições suplementares devidas e arrecadadas pelo RPPS, conforme <b>Modelo 35</b> .	32
33	Demonstrativo das Contribuições Regulares (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal do RPPS, conforme <b>Modelo 36</b> .	33
34	Demonstrativo das Contribuições Suplementares devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal do RPPS, conforme <b>Modelo 37</b> .	34
35	Demonstrativo das Contribuições (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RGPS no exercício, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal do RPPS, conforme <b>Modelo 38</b> .	35
36	Cópia dos Relatórios e pareceres de órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada no exercício em análise, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos (Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselhos Consultivos, Conselhos Deliberativos, Conselhos Municipais vinculados aos Fundos Especiais, dentre outros).	36
37	Cópia do Ato que designou formalmente o servidor responsável pela gestão dos recursos do RPPS, no caso de gestão própria da execução da política de investimentos, acompanhado da comprovação de que este foi aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica difusão no mercado brasileiro de capitais, conforme exigência da Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores.	37

NA – Não Aplicável

(\*) Com data focal em 31/12/21, elaborado em 16/05/22

## 2- DOS RESPONSÁVEIS

Encontram-se a seguir relacionados os dados dos principais responsáveis pela Entidade Municipal no exercício em exame, conforme Cadastros dos Responsáveis:

RESPONSÁVEL	NOME	PERÍODO
Pelas Contas	Leandro Machado Ferreira	01/01 a 19/01/2021
	Cátia da Silva Ferraz	20/01 a 31/12/2021
Pelo encaminhamento das Contas	Cátia da Silva Ferraz	-
Pelo Setor Contábil	Renata Reis Alves	01/01 a 16/07/2021
	Eliel Fernandes da Silva	07/10 a 31/12/2021
Pelo Órgão de Controle Interno Competente	Nicola Fabiano Palmieri	2021

**Nota: O período do Sr. Leandro Machado Ferreira foi obtido através do Ofício de encaminhamento (Peça 01).**

Da análise dos cadastros dos responsáveis (Modelo 1 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17), efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
2.1	Consta informação que evidencie de forma clara e correta os responsáveis e suas atribuições, bem como que ateste a entrega de suas Declarações de Bens e Rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c os artigos 2º e 8º da Deliberação TCE-RJ n.º 180/94?		X		02

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
2.1	<b>Não foi encaminhado o Cadastro do Responsável pelas Contas no período de 01/01 a 19/01/2021, atestando a entrega de sua Declaração de Bens e Rendas.</b>

### 3- DOS ASPECTOS GERAIS

Da análise da documentação apresentada, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
3.1	Os Demonstrativos Contábeis foram apresentados devidamente assinados pelo Responsável pelo Órgão e pelo Contabilista, na forma do artigo 15 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17?	X			06/10
3.2	Constam Notas Explicativas com informações complementares que auxiliem a análise dos Demonstrativos Contábeis, conforme preceitos estabelecidos no MCASP e na NBC TSP 11 – item 127 a 150?	X			11

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

### 4- DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período, ressaltando-se que a verificação dos demais aspectos orçamentários do Município é efetuada quando do exame da Prestação de Contas de Governo Municipal do exercício em análise.

**Tabela 1 - Execução Orçamentária da Receita**

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Prevista (atualizada)	16.500.000,00
(B) Receita Arrecadada	35.588.264,21
<b>(C) Superávit/Déficit de Arrecadação (B-A)</b>	<b>19.088.264,21</b>

Fonte: Balanço Orçamentário, Peça 07.

**Tabela 2 - Execução Orçamentária da Despesa**

Descrição	Valor (R\$)
(A) Dotação Atualizada	16.500.000,00
(B) Despesa Realizada/Despesa Empenhada	7.266.828,86
<b>(C) Economia Orçamentária (A-B)</b>	<b>9.233.171,14</b>
(D) Despesa Liquidada	7.255.717,63
(E) Despesa Paga	7.149.202,75
<b>(F) Restos a Pagar não processados (B-D)</b>	<b>11.111,23</b>
<b>(G) Restos a Pagar processados (D-E)</b>	<b>106.514,88</b>

Fonte: Balanço Orçamentário, Peça 07.

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício. (MCASP, 8ª edição)

Nessa esteira, serão demonstrados na tabela a seguir não só o Resultado Orçamentário do período, mas também o montante das Transferências Financeiras Líquidas concernente à execução orçamentária.

**Tabela 3 - Evidenciação do Resultado Orçamentário e das Transferências Financeiras Líquidas**

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Arrecadada	35.588.264,21
(B) Despesa Empenhada	7.266.828,86
<b>(C) Resultado Orçamentário (A-B)</b>	<b>28.321.435,35</b>
(D) Transferências Financeiras Líquidas *	0,00
<b>(E) Resultado após as Transferências Financeiras Líquidas</b>	<b>28.321.435,35</b>

Fonte: Balanço Orçamentário e Financeiro, Peças 07/08

(\*) Transferências Financeiras Líquidas = transferência recebida (-) transferência concedida.

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
4.1	O Balanço Orçamentário atende às normas estabelecidas na Lei n.º 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP?	X			Peça 07
4.2	A execução das despesas demonstrada no Balanço Orçamentário está condizente com o valor dos restos a pagar inscritos no exercício, informados no Balanço Financeiro, de acordo com o art. 103 da Lei n.º 4.320/64?	X			Tabela 2

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

## 5- DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período:



<b>Tabela 4 - Balanço Financeiro</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>(A) Saldo do Exercício Anterior</b>	148.902.243,35
(B) Receita Orçamentária	35.588.264,21
(C) Transferências Financeiras Recebidas	0,00
(D) Recebimentos Extraorçamentários	407.830,11
(E) Despesa Orçamentária	7.266.828,86
(F) Transferências Financeiras Concedidas	0,00
(G) Pagamentos Extraorçamentários (*)	14.717.182,74
<b>(H) Saldo para o Exercício Seguinte (A + B + C + D - E - F - G)</b>	<b>162.914.326,07</b>
<b>Resultado Financeiro do Exercício (H) - (A)</b>	<b>14.012.082,72</b>

Fonte: Balanço Financeiro, Peça 08

(\*) Consideradas as 'Interferências Financeiras', no montante de R\$ 13.983.490,37.

<b>Tabela 5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	14.012.082,72
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	0,00
<b>(A) Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)</b>	<b>14.012.082,72</b>
(B) Caixa e Equivalentes de caixa inicial	148.902.243,35
(C) Caixa e Equivalentes de caixa final	162.914.326,07
<b>(D) Movimentação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa no exercício (D) = (C) - (B)</b>	<b>14.012.082,72</b>
<b>Diferença (A) - (D)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixa, Peça 10

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
5.1	O Balanço Financeiro atende às normas estabelecidas na Lei n.º 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP?	X			08
5.2	A Demonstração dos Fluxos de Caixa está em consonância com a estrutura definida pelo MCASP vigente no exercício em exame?	X			10
5.3	O saldo das Disponibilidades para o Exercício Seguinte (Balanço Financeiro) encontra-se devidamente registrado no Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei nº 4.320/64?	X			08/09
5.4	O saldo das disponibilidades do exercício anterior no Balanço Financeiro confere com o saldo final da prestação de contas do exercício anterior?		X		Processo TCE-RJ 221.506-9/21
5.5	O saldo do caixa e equivalentes de caixa para o Exercício Seguinte (Balanço Financeiro) coaduna-se com o saldo final das disponibilidades evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa?	X			08 e 10
5.6	A geração líquida de caixa apresentada na DFC guarda paridade com a movimentação (saldo final (-) saldo inicial) da conta Caixa e Equivalentes de Caixa, indicada no mesmo demonstrativo contábil?	X			Tabela 5
5.7	O Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17) apresenta informações consistentes e demonstra saldo final compatível com o Balanço Financeiro, em consonância com o art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64?		X		08 e 14
5.8	O total do saldo contábil em 31.12, apontado no Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17), confere com os registros do Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei nº 4.320/64?		X		09 e 14

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
5.9	Os débitos e créditos, originados no exercício, em <b>valores expressivos</b> , estão identificados nos Quadros I e II do Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17 e encontram-se satisfatoriamente justificados nos autos?			X	14
5.10	Caso existam débitos e créditos, originados em exercícios anteriores, em <b>valores expressivos</b> , há informação nos Quadros I e II do Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17 quanto à sua regularização no exercício em análise ou que justifique a não regularização destes?		X		14
5.11	A baixa (por pagamento) de Restos a Pagar evidenciada no Balanço Financeiro está em consonância com o registrado nos Anexos 1 e 2 que complementam o Balanço Orçamentário?	X			07/08
5.12	O Demonstrativo da Dívida Flutuante evidencia que as receitas extraorçamentárias decorrentes de retenções previdenciárias, consignações, fianças e cauções estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, confirmando o caráter transitório dessas contas?	X			13
5.13	O saldo evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante confere com o registrado no passivo financeiro demonstrado no Balanço Patrimonial?	X			09 e 14

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
<b>5.4</b>	O saldo das disponibilidades do exercício anterior no Balanço Financeiro (R\$ 148.902.243,35) não confere com o saldo final da prestação de contas do exercício anterior (R\$ 148.930.443,07), apresentando uma diferença de R\$ 28.199,72.
<b>5.7 e 5.8</b>	O Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras não contempla os Investimentos e Aplicações Temporárias a curto prazo.
<b>5.10</b>	Não consta informação quanto à regularização no exercício em análise ou que justifique a não regularização dos Débitos originados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 24.475.597,79. Consta apenas uma nota no Relatório do Controle Interno de que “os débitos foram realizados neste exercício e alguns estão em levantamento e serão regularizados no exercício de 2022”. Será questionado na conclusão

## 6- DO PATRIMÔNIO E SUAS VARIAÇÕES

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período:

Tabela 6 - Balanço Patrimonial			
Descrição	R\$	Descrição	R\$
Ativo Circulante	241.450.527,05	Passivo Circulante	1.792.080,90
Ativo Não Circulante	38.561.836,89	Passivo Não Circulante	114.626.410,08
<b>Total</b>	<b>280.012.363,94</b>	Patrimônio Líquido	163.593.872,96
		<b>Total</b>	<b>280.012.363,94</b>
Ativo Financeiro	173.849.854,07	Passivo Financeiro	1.582.430,06
Ativo Permanente	106.162.509,87	Passivo Permanente	114.626.410,08
<b>Saldo Patrimonial</b>			<b>163.803.523,80</b>
<b>Resultado Financeiro (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro)</b>			<b>172.267.424,01</b>

Fonte: Balanço Patrimonial – Peça 09

---

O superávit financeiro representa a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas. Portanto, trata-se de saldo financeiro e não de nova receita a ser registrada. O Déficit Financeiro corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Neste exercício, o jurisdicionado apresentou **superávit financeiro, havendo** recurso para abertura de créditos suplementares e especiais para o próximo exercício.

Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. No entanto, uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público. Da mesma forma, a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento. Portanto, a análise deve ser feita conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando os fatores mencionados e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentárias. (MCASP, 8º edição).

Em relação ao resultado patrimonial, o mesmo corresponde à diferença entre o valor total das VPA e o valor total das VPD, sendo que o resultado apresentado pelo jurisdicionado no exercício foi **superávit patrimonial**, conforme tabela a seguir:

<b>Tabela 7 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL</b>	
<b>Variações Patrimoniais Quantitativas</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Variações Patrimoniais Aumentativas	52.801.458,31
Variações Patrimoniais Diminutivas	10.788.145,62
<b>Resultado Patrimonial do Período (A)</b>	<b>42.013.312,69</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL</b>	
Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)	121.580.560,27
Ajustes de exercícios Anteriores (C)	0,00
Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)	163.593.872,96
<b>Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)</b>	<b>163.593.872,96</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)</b>	<b>163.593.872,96</b>
<b>Diferença (F)= (D)-(E)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Patrimonial – Peça 09 e DVP – Peça 06 e processo de PC do exercício anterior (B).

<b>Tabela 8 - Conferência do Saldo do Ativo e do Passivo Financeiros - Lei nº 4.320/64</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>(A) Ativo Financeiro</b>	<b>173.849.854,07</b>
(B) Caixa e Equivalentes de Caixa	26.220.412,51
(C) Depósitos Restituíveis	0,00
(D) Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	147.629.441,56
(E) Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	43.138.395,44
<b>(F) Saldo das Contas do Ativo Circulante que admitem o atributo Financeiro = (B+C+D+E)</b>	<b>216.988.249,51</b>
<b>(G) Diferença entre o Ativo Financeiro e o Saldo das Contas do AC com atributo Financeiro = (A) - (F)</b>	<b>-43.138.395,44</b>
<b>(H) Passivo Financeiro</b>	<b>1.582.430,06</b>
(I) Restos a Pagar Não Processados em Liquidação - Inscrição no Exercício	11.111,23
(J) Restos a Pagar Processados - Inscrição no Exercício	106.514,88
(K) Restos a Pagar Não Processados em Liquidação	0,00
(L) Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar	0,00
(M) Restos a Pagar Processados a Pagar	1.450.151,49
(N) Depósitos (Consignações)	14.652,46
<b>(O) Passivo Financeiro Apurado (I+J+K+L+M+N)</b>	<b>1.582.430,06</b>
<b>(P) Diferença entre o Passivo Financeiro e Passivo Financeiro Apurado = (H) - (O)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Patrimonial – Peça 09 e Balancete Analítico – Peça 03

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
6.1	O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais atendem às normas estabelecidas na Lei n.º 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP?	X			06 e 09
6.2	O Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais é compatível com o respectivo registro no Balanço Patrimonial?	X			06 e 09
6.3	O valor apurado como Patrimônio Líquido está condizente com o PL demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme orientação do MCASP?	X			Tabela 7
6.4	O Patrimônio Líquido registrado na coluna “exercício anterior” é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, permitindo o conhecimento da composição patrimonial prevista no MCASP?	X			09 e Processo 221.506- 9/21
6.5	O Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior” é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, permitindo o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei nº 4.320/64?	X			09 e Processo 221.506- 9/21
6.6	O Montante registrado no Ativo Financeiro está em consonância com o correspondente registro evidenciado no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, nos termos da Lei nº 4.320/64 e do MCASP?		X		Tabela 8
6.7	O valor apurado como Passivo Financeiro guarda paridade com o respectivo registro apresentado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial, conforme orientações estipuladas pelo MCASP?	X			Tabela 8

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
6.8	Foi evidenciada a composição e apresentada Nota Explicativa quanto aos valores registrados nas rubricas “Ajuste de Exercícios Anteriores” e “Ajuste de Avaliação Patrimonial”?			X	11
6.9	O Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro) está em conformidade com o total dos Recursos constante do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro?	X			09
6.10	O Demonstrativo da Dívida Fundada evidencia que os compromissos de exigibilidade superior a doze meses estão sendo pagos com regularidade?			X	12
6.11	O saldo evidenciado no Demonstrativo da Dívida Fundada confere com o registrado no passivo permanente demonstrado no Balanço Patrimonial?			X	12

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
6.6	Quanto à diferença de R\$ 43.138.395,44, verificada entre o montante registrado no Ativo Financeiro e o correspondente registro evidenciado no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.



## 7- DO RELATÓRIO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL

Da análise da Declaração do Responsável pelo Setor Contábil (modelo 4, da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17), efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
7.1	O Responsável pelo Setor Contábil atesta a regularidade dos itens constantes do Relatório?		X		17

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
7.1	O Responsável pelo Setor Contábil apresentou nota de que “foram encontradas divergências entre os saldos apresentados pela Tesouraria e os saldos constantes na contabilidade, anteriores ao exercício de 2021, que estão sendo apurados no exercício de 2022”. Será questionado na conclusão.

## 8- DO PRONUNCIAMENTO DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
8.1	O Relatório do Controle Interno foi elaborado com o conteúdo mínimo previsto no Modelo 3B?	X			15 e 16
8.2	No Relatório do Controle Interno e Certificado de Auditoria, há indicação de conformidade das contas?	X			15 e 16
8.3	O contabilista responsável pela emissão do Certificado apresentou a identificação da sua inscrição junto ao Conselho Regional de Contabilidade?	X			15 e 16
8.4	No caso de terem sido encontradas impropriedades e/ou irregularidades no Relatório do Controle Interno, foram adotadas medidas pelo Gestor para saneamento das mesmas?			X	

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

## 9- DAS UNIDADES GESTORAS QUE CONTRIBUEM PARA O RPPS

Conforme Modelo 8 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, constata-se as seguintes unidades gestoras contribuintes do RPPS:

1	Prefeitura Municipal
2	Câmara Municipal
3	Fundo Municipal de Saúde
4	Fundo Municipal de Assistência Social

As informações acima subsidiarão a análise dos tópicos posteriores. Não foi arrolado o próprio Instituto de Previdência entre as unidades gestoras, conflitando com o que consta dos modelos 36 e 37.

## 10- DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E REPASSADAS PELAS UNIDADES GESTORAS AO RPPS

Os Modelos 34 e 35 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17 evidenciam, respectivamente, as Contribuições Regulares (Servidores e Patronal) e as Contribuições Suplementares devidas e efetivamente repassadas ao RPPS de forma consolidada, excetuando-se os valores referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal da Unidade Gestora do RPPS, cujo exame será realizado no próximo tópico.

Da análise da documentação pertinente efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
10.1	O total devido de contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar) foi regularmente repassado ao RPPS no exercício?		X		31/32
10.2	O montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício ao RPPS, foi devidamente registrado no Anexo 10?		X		31/32
10.3	O montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e não repassado dentro do exercício pelo RPPS, foi devidamente registrado no Balanço Patrimonial e/ou Balancete Analítico?		X		09 31/32

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
<b>10.4</b>	No caso de repasse a menor das receitas previdenciárias pelas unidades gestoras, foram evidenciadas as medidas adotadas pelo gestor do RPPS com vistas a receber esses recursos previdenciários? (Analisar somente na PCA relativa ao exercício de 2022)	X			31/32

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO												
10.1	Dos valores retidos e não repassados, R\$ 1.666.064,93 foram repassados em 2022. Foi informado, ainda, que R\$ 2.739.595,06 referente a contribuição patronal será objeto de parcelamento especial a ser efetuado no exercício de 2022, de acordo com a Lei Municipal nº 1.194 de 04/05/22.												
10.2	<p>Foram verificadas as seguintes diferenças entre as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício entre o Anexo 10 e o Modelo 34 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17:</p> <table><tr><th>Contribuição</th><th>Anexo 10</th><th>Modelo 34</th><th>Diferença</th></tr><tr><td>Patronal</td><td>8.117.720,30</td><td>9.463.820,21</td><td>-1.346.099,91</td></tr><tr><td>Servidor</td><td>7.415.393,50</td><td>5.936.498,00</td><td>1.478.895,50</td></tr></table>	Contribuição	Anexo 10	Modelo 34	Diferença	Patronal	8.117.720,30	9.463.820,21	-1.346.099,91	Servidor	7.415.393,50	5.936.498,00	1.478.895,50
Contribuição	Anexo 10	Modelo 34	Diferença										
Patronal	8.117.720,30	9.463.820,21	-1.346.099,91										
Servidor	7.415.393,50	5.936.498,00	1.478.895,50										
10.3	Verifica-se um registro a débito, no montante de R\$ 26.758.055,54, na conta créditos a receber a curto prazo, divergente do registrado no Modelo 34, a título de contribuições retidas e não repassadas dentro do exercício.												

**11 - DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E REPASSADAS À UNIDADE GESTORA DO RPPS NO QUE DIZ RESPEITO AOS SERVIDORES INTEGRANTES DO SEU QUADRO DE PESSOAL**

Os Modelos 36 e 37 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17 evidenciam, respectivamente, as Contribuições Regulares (Servidores e Patronal) e as Contribuições Suplementares devidas e efetivamente repassadas à Unidade Gestora do RPPS, no que tange aos servidores integrantes do seu quadro de pessoal.

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
11.1	O total devido de contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar) foi regularmente repassado ao RPPS no exercício?		X		33
11.2	O montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício, foi devidamente registrado, respectivamente, no Demonstrativo da Dívida Flutuante e Anexo 11?		X		05 13 33
11.3	O montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e não repassado dentro do exercício, foi devidamente registrado no Balanço Patrimonial e/ou Balancete Analítico?			X	33

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
11.1	Os registros verificados no Modelo 36 são semelhantes aos do Modelo 34, o que sugere erro no preenchimento do referido modelo.
11.2	<p>Não identificamos os registros das contribuições retidas e repassadas dentro do exercício referentes aos servidores no Demonstrativo da Dívida Flutuante.</p> <p>Quanto à contribuição patronal, retida e repassada dentro do exercício, verifica-se que o Modelo 36 apresenta o montante de R\$ 13.265.152,17, em desacordo com o montante lançado no Balancete analítico, de R\$ 44.130,14.</p>

## 12- DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E REPASSADAS AO RGPS PELA UNIDADE GESTORA DO RPPS

O Modelo 38 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17 discrimina os valores das Contribuições (Servidores e Patronal) recolhidas e efetivamente repassadas ao RGPS, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal da Unidade Gestora do RPPS.

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
12.1	O total devido de contribuições (servidores e patronal) foi regularmente repassado ao RGPS no exercício?	X			35
12.2	O total das contribuições dos servidores repassado ao RGPS guarda paridade, aproximadamente, com o valor registrado no Demonstrativo da Dívida Flutuante?	X			13 e 35
12.3	O total das contribuições patronais repassado ao RGPS guarda consonância, aproximadamente, com o valor registrado no Anexo 11?	X			5 e 35

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

### 13- DOS TERMOS DE PARCELAMENTOS

Da análise dos dados informados na Prestação de Contas de Governo Municipal relativa ao exercício de 2021 (Processo TCE/RJ n.º 215.398-8/22), verifica-se a existência dos seguintes parcelamentos de débitos previdenciários junto ao RPPS:

DEMONSTRATIVO REFERENTE AOS TERMOS DE PARCELAMENTO JUNTO AO RPPS					
Número do Termo de Parcelamento	Data da Pactuação	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Devido no Exercício em Análise (R\$) (A)	Valor Recebido no Exercício em Análise (R\$) (B)	Valor que Deixou de Ser Repassado no Exercício (R\$) (C=A-B)
215/2011	30/06/2011	1.480.975,67	0,00	714.488,10	-714.488,10
361/2021	01/02/2021	29.131.020,10	0,00	1.657.677,21	-1.657.677,21

Dessa forma, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
13.1	Os acordos de parcelamento de débitos vigentes foram devidamente autorizados por Lei?	X			Processo TCE-RJ nº 215.398-8/22
13.2	Os valores a receber referentes aos parcelamentos de débitos estão registrados no Balanço Patrimonial e/ou no Balancete Analítico?	X			09
13.3	Em caso de inadimplemento dos Termos de Parcelamento de Débitos, o gestor do RPPS adotou as medidas cabíveis com o objetivo de receber esses débitos? (Analisar somente na PCA relativa ao exercício de 2022)				(*)

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
13.3	Foi informado na prestação de contas de governo municipal (Processo TCE-RJ nº 215.398-8/2022) que “Considerando a informação de que o parcelamento nº 215/11 já foi quitado, constata-se que o Poder Executivo não informou o valor devido no exercício relacionado ao <b>Parcelamento n.º 361/21</b> , prejudicando a verificação se foram efetuados, em sua integralidade, os pagamentos devidos no exercício, decorrentes deste termo de parcelamento de débitos previdenciários junto ao RPPS, fato que compromete o equilíbrio financeiro e/ou atuarial do regime próprio de previdência”.



## 14- DA COBERTURA PARA O DÉFICIT ATUARIAL E FINANCEIRO

Da análise da documentação pertinente (Modelos 9 e 10 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
14.1	As transferências recebidas pelo RPPS para cobertura do déficit atuarial foram registradas na Demonstração das Variações Patrimoniais e/ou Balancete Analítico?			X	20
14.2	As transferências recebidas pelo RPPS para cobertura do déficit financeiro foram registradas no Balanço Financeiro?			X	21
14.3	Na hipótese de não ter havido aporte financeiro para a cobertura da insuficiência financeira no Fundo de Repartição (Plano Financeiro), o gestor do RPPS adotou as medidas cabíveis, a fim de receber o referido aporte? (Analisar somente na PCA relativa ao exercício de 2022)			X	
14.4	Caso o Fundo de Capitalização (Plano Previdenciário) apresente déficit financeiro, mas não tenha recebido aporte para a respectiva cobertura, o gestor do RPPS adotou as providências cabíveis com o propósito de receber tal repasse? (Analisar somente na PCA relativa ao exercício de 2022)			X	

Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

## 15- DOS INVESTIMENTOS

Da análise da documentação pertinente (Modelo 11 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
15.1	Foi elaborado relatório que definiu a Política Anual de Investimentos, na forma estabelecida na Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores?	X			26
15.2	Os investimentos mantidos pelo RPPS estão de acordo com as normas definidas pela Política Anual de Investimentos?	X			22
15.3	Os investimentos mantidos pelo RPPS encontram-se devidamente registrados no Balanço Patrimonial e/ou no Balancete Analítico?	X			09 22
15.4	Foram certificados os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS no exercício, na forma estabelecida pelo artigo 4º da Portaria MPS nº 9.907/2020 ou alterações posteriores?	X			27 e 37

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

## 16- DO EXTRATO PREVIDENCIÁRIO E CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

Examinando o Certificado de Regularidade Previdenciária, emitido em 28/07/2015 com vigência até 24/01/2016, bem como o Extrato Previdenciário correlato, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
16.1	O município encontra-se em situação regular nos critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social?		X		28/29
16.2	O Certificado de Regularidade Previdenciária foi emitido sem decisão judicial?	X			28/29

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
16.1	O último Certificado emitido foi em 28/07/2015, com validade até 24/01/2016 (nº 981116-133965). No último extrato emitido, consta como irregular o seguinte critério: 'Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses – DPIR – Consistência e Caráter Contributivo'. Segundo informado pela Diretora Presidente, Sra. Catia da Silva Ferraz, esclarece que foram tomadas as devidas providências, visando a obtenção do CRP. Tal fato deverá ser considerado quando do julgamento das Contas.

## 17- DO ESTUDO ATUARIAL

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
17.1	A Avaliação Atuarial Anual foi realizada com data focal em 31 de dezembro do exercício em análise?	X			23
17.2	A provisão matemática previdenciária constante na Avaliação Atuarial guarda paridade com o correspondente registro no passivo não circulante do Balanço Patrimonial?		X		09 23
17.3	Foram sugeridas medidas visando garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS?	X			23
17.4	Caso existam medidas sugeridas no Relatório de Avaliação Atuarial, foi dada ciência ao Chefe do Poder Executivo? (Analisar somente na PCA relativa ao exercício de 2022)			X	

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
17.2	A provisão matemática constante do Balanço Patrimonial, de R\$ 114.626.410,08, não corresponde à provisão constante da Avaliação Atuarial (R\$ 309.623.708,57), o que comprova que a avaliação atuarial não está servindo de base para a constituição da referida provisão. Ressalta-se que a provisão registrada no Balanço Patrimonial tem se mantido no mesmo valor há mais de 1 exercício, conforme verifica-se no Processo TCE-RJ nº 221.506-9/21. Será considerado quando do julgamento das Contas.

## 18- DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Da análise da documentação pertinente (Modelos 12 e 13 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
18.1	Os gastos com despesas administrativas estão dentro dos parâmetros estabelecidos em lei?	X			26  (publicação da Lei nº 1118 de 12/06/2019, fls. 01)
18.2	Na hipótese de ser constituída reserva administrativa com a sobra da taxa de administração, o registro contábil desse recurso foi realizado em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) vigente no exercício em análise?	X			03 09

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

## 19- DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

Da análise da documentação pertinente (Modelo 14 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
19.1	Foram adotadas medidas pelo RPPS com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal nº 9.796/99, que foi regulamentada pelo Decreto nº 10.188/2019, ou alterações posteriores?		X		30
19.2	O anexo 10 da Lei Federal 4.320/64 evidencia arrecadação a título de compensação previdenciária?		X		04
19.3	Há registro contábil dos direitos a receber e das obrigações a pagar concernentes à compensação previdenciária no Balanço Patrimonial do RPPS?			X	

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
19.1	O Certificado de Regularidade Previdenciária não foi emitido em função de pendências nos critérios estabelecidos na Lei 9.717/98 (vide tópico 16), o que prejudica o recebimento da compensação financeira que o Instituto tem direito. Tal fato deverá ser considerado quando do julgamento das Contas.

## 20- DOS PARECERES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS E ENTIDADES

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Peça
		Sim	Não	NA	
20.1	O parecer dos órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas foi favorável?	X			36

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

## 21 – DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Em face do exposto, sugere-se a **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO**, previsto no art. 5º, § 2º da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, o jurisdicionado encaminhe os seguintes documentos/esclarecimentos:

- 1) Cadastro do Responsável pelas Contas no período de 01/01 a 19/01/2021, Sr. Leandro Machado Ferreira, atestando a entrega de sua Declaração de Bens e Rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c os artigos 2º e 8º da Deliberação TCE-RJ n.º 180/94.
- 2) Quanto à diferença de R\$ 28.199,72, verificada entre o saldo das disponibilidades do exercício anterior no Balanço Financeiro, de R\$ 148.902.243,35, e o saldo final apresentado na prestação de contas do exercício anterior, de R\$ 148.930.443,07.
- 3) Encaminhar novo Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, contemplando os Investimentos e Aplicações Temporárias a curto prazo.
- 4) Esclarecer quanto às providências para regularização dos Débitos originados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 24.475.597,79.
- 5) Esclarecer quanto à diferença de R\$ 43.138.395,44, verificada entre o montante registrado no Ativo Financeiro e o correspondente registro evidenciado no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial (tabela 8).
- 6) Apresentar esclarecimentos quanto às providências adotadas no que concerne às divergências apuradas entre os saldos apresentados pela Tesouraria e os saldos constantes na contabilidade, anteriores ao exercício de



2021, mencionadas pelo Responsável pelo Setor Contábil em seu Relatório (esclarecer quanto à natureza das diferenças, bem quanto à sua regularização).

7) Esclarecer quanto às providências adotadas, no que diz respeito ao montante de R\$ 2.739.595,06, referente à contribuição patronal, retido e **não repassado ao RPPS**.

8) Quanto às seguintes diferenças entre as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício, verificadas entre o Anexo 10 e o Modelo 34 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17:

Contribuição	Anexo 10	Modelo 34	Diferença
Patronal	8.117.720,30	9.463.820,21	-1.346.099,91
Servidor	7.415.393,50	5.936.498,00	1.478.895,50

9) Quanto à não correspondência entre o montante registrado no Modelo 34, a título de contribuições retidas e não repassadas dentro do exercício, e o registro a débito, no valor de R\$ 26.758.055,54, na conta créditos a receber a curto prazo.

10) Quanto aos registros verificados no Modelo 36 serem semelhantes aos registros verificados no Modelo 34, sugerindo erro no preenchimento do documento. Deverá ser **encaminhando um novo Modelo 36**, corretamente preenchido, ressaltando que o mesmo é para evidenciar as contribuições regulares (Servidor e Patronal) devidas e efetivamente repassadas à Unidade Gestora do RPPS, **no que tange aos servidores integrantes do seu quadro de pessoal**.

11) Quanto à ausência de registro das Contribuições dos servidores retidas e repassadas dentro do exercício no Demonstrativo da Dívida Flutuante.

12) Quanto à não correspondência entre a contribuição patronal, retida e repassada dentro do exercício, entre os valores apresentados no Modelo 36 (R\$ 13.265.152,17) e o montante lançado no Balancete analítico (R\$ 44.130,14).

**CAC-GESTÃO, 14/12/2022**

**MARY PRIMA TAVARES**  
Assistente  
Matrícula 02/002770

**Senhor Subsecretário-Adjunto da SUB-CONTAS,**

Em face da análise procedida por esta Coordenadoria e concordando com a sugestão constante da conclusão, encaminho-lhe o presente processo, em prosseguimento.

**CAC-GESTÃO, 14/12/2022**

**MONICA MOREIRA SAMPAIO BARROS**  
Coordenadora-Geral  
Matrícula 02/003414

---

**Senhor Coordenador-Geral da CGC,**

Com base na Deliberação TCE-RJ nº 311, de 6 de maio de 2020, publicado no D.O.RJ de 8 de maio de 2020 e na Portaria SGE nº 02, de 19 de outubro de 2021, publicada no D.O.RJ de 26 de outubro de 2021, remeto os autos à Vossa Senhoria para fins de expedição de ofício nos termos propostos.

**SUB-CONTAS, 14/12/2022**

**DIEGO RAMOS FERREIRA DA SILVA**  
Subsecretário-Adjunto  
Matrícula 02/004310